



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Processo nº: 575/2026

Modo de Disputa: ABERTO.

Tipo de Julgamento: Menor preço por item

Orçamento Sigiloso: Não.

Data e Hora: 05/03/2026, às 9 horas

Site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

Torna-se público que o Município de Rolante/RS, por meio das Seções de Compras, Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS de ARBITRAGEM**, para as competições Esportivas, conforme Calendário de eventos esportivos e especificações contidas no Termo de Referência, em anexo deste Edital.

Item	Produto	Descrição	Unidade	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário	Valor Total
1	27515	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DE FUTSAL 1º DIVISÃO, 2º DIVISÃO, 3º DIVISÃO E VETERANOS.	JOGO	170	R\$617,66	R\$105.002,20
2	27516	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SETE, 1º DIVISÃO, 2º DIVISÃO, 3º DIVISÃO E VETERANOS.	JOGO	170	R\$616,29	R\$104.769,30
3	27517	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL MASCULINO E FEMININO	JOGO	50	R\$586,61	R\$29.330,50
4	27518	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIAS LIVRE E VETERANOS.	JOGO	55	R\$1.501,42	R\$82.578,10
5	27477	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL (FINAIS).	JOGO	3	R\$7.567,20	R\$22.701,60
6	27520	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DA SEMANA DA PATRIA EM VARIAS MODALIDADES ESPORTIVAS.	DIAS	20	R\$1.926,25	R\$38.525,00
7	27521	SERVIÇOS DE ARBITRAGENS PARA JOGOS DE VOLEI DE AREIA MASCULINO, FEMININO E MISTO.	JOGO	100	R\$197,53	R\$19.753,00
8	27522	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTVOLEI MASCULINO, FEMININO E MISTO NA AREIA.	JOGO	70	R\$193,32	R\$13.532,40
9	27523	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BEACH TENIS NA AREIA, MASCULINO, FEMININO E MISTO.	JOGO	100	R\$197,93	R\$19.793,00
10	10337	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JERS. SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JERS - JOGOS ESTUDANTIS, EM DIFERENTES MODALIDADES (VOLEIBOL, HANDEBOL, FUTSAL), CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.	RODADA	16	R\$1.798,33	R\$28.773,28
Total estimado da licitação						R\$464.758,38



1.1. O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da lei 14.133/2021.

1.2. A licitação será realizada pelo menor preço por item.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as exigências do presente edital e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4. Não poderão participar da presente licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. O autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. A proposta deverá ser inserida no sistema até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

4.2. O envio da proposta nos termos do disposto no item 4.1 ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. **Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional, 02 (duas) casas decimais após a vírgula;**

II. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado (conforme o caso);

III. Informar telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;

IV. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

4.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.7. O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico, devendo ser declarado no sistema.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



4.9. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on-line**, além das demais fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

- I. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
  - II. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  - III. Que sob pena de desclassificação, declara que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  - IV. Que para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
  - V. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
  - VI. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
  - VII. Que sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
  - VIII. Que, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- 4.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:**

- 5.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 5.2. É facultado ao pregoeiro analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.
- 5.3. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.
- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.
- 5.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



- 5.6. Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.8. Caso seja utilizado o modo de disputa ABERTO/FECHADO, será definido o prazo de disputa de 15 (quinze) minutos por item, acrescidos de 10 (dez) minutos randômicos.
- 5.8.1. Transcorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 5.9. Encerrado o prazo de que trata o item 5.8.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.9.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.9, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.
- 5.12. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 5.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.14. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I. empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul;
  - II. empresas brasileiras;
  - III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.15. As regras de desempate previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



## 6. FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Após a fase de negociação, **será concedido o prazo de 3 (três) horas ao licitante vencedor para o envio dos documentos de habilitação.** junto da proposta readequada, conforme dispõe o art. 63, inciso II, da Lei 14.133/2021, salvo pedido de prorrogação solicitado pela empresa solicitante e aceito pelo pregoeiro.

6.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, através do site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.3 e 4.9, inciso VIII deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que:

- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentarem preços inexequíveis;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.7. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

6.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do item 6.6.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.9, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada,



com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.**

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. HABILITAÇÃO:**

7.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

### **7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações se houver devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

b) Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

### **7.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);



- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 7.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida no ano corrente OU Declaração de Enquadramento como ME/EPP assinada pelo sócio e pelo representante legal da empresa, se for o caso.

### HABILITAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE CONTRATAÇÃO:

#### 5.6.1. A documentação detalhada neste item deve ser apresentada pelo licitante vencedor como condicionante para a assinatura da ata de registro de preços.

- a) Para a modalidade futsal: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 8 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da CBFS (confederação brasileira de futebol de salão), e mínimo de 10 cópias de certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGFS (federação gaúcha de futebol de salão). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Em caso de documentos digitais, os mesmos devem estar com a devida autenticação.
- b) Para a modalidade futebol 7: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 5 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da CBF7 (confederação brasileira de futebol 7), e mínimo de 10 cópias de certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGF7 (federação gaúcha de futebol 7). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Em caso de documentos digitais, os mesmos devem estar com a devida autenticação.
- c) Para a modalidade futebol: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 8 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da CBF (confederação brasileira de futebol), e mínimo de 10 cópias de certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGF (federação gaúcha de futebol). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Para os 02 jogos da final serão exigidos árbitros em atividade pertencentes ao quadro da FIFA OU CBF (confederação brasileira de futebol).
- d) Para a modalidade voleibol: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 4 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGV (federação gaúcha de vôlei). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Em caso de documentos digitais, os mesmos devem estar com a devida autenticação.



**7.1.4. Necessário acrescentar demais documentos caso o Termo de Referência exigir.**

7.2. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou por cópia, preferencialmente assinados de forma eletrônica, quando necessários.

7.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



## **9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:**

9.1. A formação do cadastro reserva será realizada após a fase de habilitação dos licitantes, em campo próprio no sistema.

9.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

9.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

10.1. As condições de pagamento constam no Termo de Referência e/ou na Ata de Registro de Preços.

## **11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



11.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. RECURSOS:**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 12.2, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



13.1.6. Fraudar a licitação;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, o qual ficará responsável pela adjudicação e homologação do objeto do certame.

#### **15. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ARP dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

#### **16. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE**  
“Capital Nacional da Cuca”



16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e no site oficial do município, <https://rolante.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Termos de Referência;
- II. Anexo II – Minuta Ata de Registro de Preços.

**Rolante, 12 de fevereiro de 2026.**

**ALCEU TREVIZANI DA ROSA**  
**Prefeito Municipal de Rolante**

O presente Edital e seus anexos foram vistos e conferidos  
pela Assessoria Jurídica do Município de Rolante/RS.



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. SECRETARIA SOLICITANTE**

1.1 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Cidadania e Esportes – Departamento de Esportes e Secretaria Municipal de Educação

#### **2. DEFINIÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA**

2.1 O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS de ARBITRAGEM para as Competições Esportivas, conforme calendário de eventos esportivos e especificações abaixo descritas.

2.2 O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, *desde que comprovado o preço vantajoso*, na forma do artigo 84, da Lei nº 14.133/21.

#### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

De acordo com a Estrutura Administrativa do Município, o Departamento de Esportes é responsável por desenvolver programas esportivos, com foco no fomento e desenvolvimento do esporte amador local. Para que os eventos esportivos programados para o ano transcorram de forma organizada e eficaz, é imprescindível a presença de árbitros capacitados, cuja atuação garantirá a imparcialidade, o cumprimento rigoroso das regras e normas, além de assegurar a credibilidade e o profissionalismo das competições.

A arbitragem especializada também tem papel fundamental na prevenção de conflitos durante os jogos, proporcionando um ambiente justo e harmonioso para todos os envolvidos. Dessa forma, a contratação de serviços de arbitragem se mostra essencial para o sucesso e bom andamento das competições previstas no calendário esportivo municipal.

Adicionalmente, justifica-se pela necessidade de substituição da ata de 2025, visto que não há interesse das empresas em renovação. Sendo assim, faz-se necessária a realização de nova licitação para garantir a continuidade dos serviços de arbitragem nas competições esportivas do Município de Rolante/RS.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A solução que melhor atende é a realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de arbitragem, visando atender a necessidade da Secretaria.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 O objeto da contratação tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.2 A contratação será realizada através de licitação na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento menor preço, conforme dispõe os artigos 6º, XLI, 17, §2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/21.

5.3 **Utilização de SRP, justifica-se uma vez que o artigo 83, da Lei nº 14.133/21, prescreve que “a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.”**

5.4 O critério de julgamento adotado será o de *menor preço unitário, por item*.

5.5 O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, *desde que comprovado o preço vantajoso*, na forma do artigo 84, da Lei nº 14.133/21.

5.6 As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas, em razão das infrações previstas no artigo 155, estarão sujeitas às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/21.

5.7 Na hipótese de apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das sanções.



5.8 *Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.*

5.9 Em atendimento ao artigo 62 da Lei nº 14.133/21, o interessado *deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar a documentação abaixo indicada*, afim de demonstrar sua capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica, de cumprir de forma satisfatória com a execução do mesmo:

#### **I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente, registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; registro comercial, no caso de empresa individual; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

#### **II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da emissão do mesmo.
- b) Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP OU Declaração de Enquadramento como ME/EPP assinada pelo sócio e pelo representante legal da empresa e seu contador, se for o caso.

#### **IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (documentação condicionante para a assinatura do contrato)**

- a) Para a modalidade futsal: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 8 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da CBFS (confederação brasileira de futebol de salão), e mínimo de 10 cópias de certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGFS (federação gaúcha de futebol de salão). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Em caso de documentos digitais, os mesmos devem estar com a devida autenticação.
- b) Para a modalidade futebol 7: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 5 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da CBF7 (confederação brasileira de futebol 7), e mínimo de 10 cópias de certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGF7 (federação gaúcha de futebol 7). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Em caso de documentos digitais, os mesmos devem estar com a devida autenticação.
- c) Para a modalidade futebol: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 8 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da CBF (confederação brasileira de futebol), e mínimo de 10 cópias de certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGF (federação gaúcha de futebol).



Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Para os 02 jogos da final serão exigidos árbitros em atividade pertencentes ao quadro da FIFA OU CBF (confederação brasileira de futebol).

d) Para a modalidade voleibol: a empresa deverá apresentar no credenciamento cópia de no mínimo 4 certificados de árbitros pertencentes ao quadro da FGV (federação gaúcha de vôlei). Os certificados devem ser apresentados juntamente com carteira de identidade e declaração do árbitro que presta serviço a empresa licitante. Os certificados e RG dos árbitros devem ser originais ou cópias autenticadas. Em caso de documentos digitais, os mesmos devem estar com a devida autenticação.

## 6. EXECUÇÃO DO OBJETO

### LOTE 1 – JOGOS MUNICIPAIS

ITEM	QUANT. PREVISTA	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1	170	JOGOS	Serviço de arbitragem para os <b>jogos de futsal</b> com as seguintes especificações: a) data de início: MARÇO/2026 b) data de término: JUNHO/2026 c) previsto p/190 jogos. d) dos jogos: *jogos serão no sábado e na semana à noite. *sendo de 2 a 5 jogos por noite. *tempo de jogos: 20 x 20 min, sendo os dois últimos minutos cronometrados. e) os árbitros deverão estar no local da partida devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local da competição por conta dos árbitros. g) início dos jogos: *aos sábados das 18h30min e término em torno das 23h00min. *de segunda-feira à sexta-feira das 19h00min às 23h00min. h) 02 árbitros e 01 mesário. i) pagamento a cada cinco rodadas. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para a modalidade. k) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. l) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 617,66</b>			<b>VALOR TOTAL: R\$ 105.002,93</b>
2	170	JOGOS	Serviço de arbitragem para os <b>jogos de futebol sete</b> com as seguintes especificações: a) data de início: agosto/2026 b) data de término: novembro/2026 c) previsto p/190 jogos. d) dos jogos: *jogos serão no sábado e na semana à noite. *sendo de 2 a 4 jogos por campo. *tempo de jogos: 25 x 25 min. e) os árbitros deverão estar no local da partida devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local da competição por conta dos árbitros. g) início dos jogos: *aos sábados das 13h30min e término em torno das 18h00min. *de segunda-feira à sexta-feira das 19h00min às 23hrs. h) 02 árbitros por campo e 01 mesário. i) pagamento a cada três rodadas. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para a modalidade. k) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. l) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE**  
“Capital Nacional da Cuca”



<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 616,29</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 104.768,57</b>	
<b>3</b>	<b>50</b>	<b>JOGOS</b>	<p>Serviço de arbitragem para os <b>jogos de vôlei</b> com as seguintes especificações:</p> <p>a) data de início: março/2026 b) data de término: junho/2026 c) previsto p/70 jogos. d) dos jogos: *jogos serão no sábado e na semana à noite. *sendo de 2 a 4 jogos por noite. *jogos melhor de 5 sets.</p> <p>e) os árbitros deverão estar no local dos jogos devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local dos jogos por conta dos árbitros. g) início dos jogos: *aos sábados das 18h30minh e término em torno das 23h00min. *de segunda-feira à sexta-feira das 19h00minh às 23h00min. h) 02 árbitros e 01 mesário. i) para os jogos das fases semi-final e final serão 02 árbitros + 02 árbitros de linha + 01 mesário. j) pagamento a cada três rodadas. k) os árbitros devem ser devidamente qualificados para modalidade. l) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. m) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.</p>
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 586,61</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 29.330,58</b>	
<b>4</b>	<b>55</b>	<b>JOGOS</b>	<p>Serviço de arbitragem para os <b>jogos de futebol (primeira fase + semi final)</b> com as seguintes especificações:</p> <p>a) data de início: março/2026 b) data de término: junho/2026 c) previsto p/50 jogos. d) dos jogos: *jogos serão no sábado ou domingo à tarde. *sendo de 2 jogos por campo. *tempo de jogos: 45 x 45 min. (podendo haver prorrogação e pênaltis nas fases mata-mata).</p> <p>e) os árbitros deverão estar no local da partida devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local da competição por conta dos árbitros. g) início dos jogos: *aos sábados das 13h30min e término em torno das 18h00min. h) 03 árbitros e 01 mesário por campo. i) pagamento a cada três rodadas. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para a modalidade. k) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. l) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.</p>
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.501,42</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 82.578,10</b>	
<b>5</b>	<b>3</b>	<b>JOGOS</b>	<p>Serviço de arbitragem para os <b>jogos de futebol (finais)</b> com as seguintes especificações:</p> <p>a) data prevista: junho de 2026 b) previsto p/2 jogos. c) dos jogos: *jogos serão no sábado ou domingo à tarde. *sendo 1 jogo por campo. *tempo de jogos: 45 x 45 min. (podendo haver prorrogação e pênaltis).</p> <p>d) os árbitros deverão estar no local da partida devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) e) transporte até o local da competição por conta dos árbitros. f) início dos jogos:</p>



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE**  
“Capital Nacional da Cuca”



			<p>*aos sábados das 13h30min e término em torno das 18h00min. g) 03 árbitros e 01 mesário por campo. h) pagamento será após o segundo jogo da final. i) os árbitros devem ser devidamente qualificados para a modalidade. j) a empresa deverá apresentar com 10 dias de antecedência e escala de arbitragem de cada jogo da final para aprovação do departamento de esportes.</p>
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 7.567,20</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 22.701,60</b>	
<b>6</b>	<b>20</b>	<b>RODADAS</b>	<p>Serviço de arbitragem para os <b>jogos da semana da pátria</b> com as seguintes especificações: a) data de início: agosto/2026 b) data de término: setembro/2026 c) previsto p/20 rodadas. d) dos jogos: - Handebol * previsto para 12 jogos * jogos de 20 min. - Voleibol * previsto para 20 jogos * jogos disputados em melhor de 3 sets até 25 pontos - Futsal * previsto para 70 jogos distribuídos nas 20 noites. * jogos de 15 min. * semi-final e final 2 tempos de 20 min cada * jogos serão de segunda à sábado à noite. e) os árbitros deverão estar no local da partida devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) horário de início 19h e término por volta das 23h. f) transporte até o local da competição por conta dos árbitros. h) 02 a 04 árbitros e 01 mesário por rodada. i) pagamento após o término da competição. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para cada modalidade. l) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. m) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.</p>
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.926,25</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 38.525,00</b>	
<b>7</b>	<b>100</b>	<b>JOGOS</b>	<p>Serviço de arbitragem para os <b>jogos de vôlei de Praia</b> com as seguintes especificações: a) data de início: setembro/2026 b) data de término: novembro/2026 c) previsto p/120 jogos. d) dos jogos: * jogos serão no sábado e na semana à noite. * sendo de 2 a 4 jogos por noite. * jogos melhor de 3 sets. e) os árbitros deverão estar no local dos jogos devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local dos jogos por conta dos árbitros. g) início dos jogos: * aos sábados das 18h30min e término em torno das 23h00min. * de segunda-feira à sexta-feira das 19h00min às 23h00min. h) 01 a 02 árbitro e 01 a 02 mesários. i) pagamento a cada três rodadas. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para modalidade. k) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. l) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.</p>
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 197,53</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 19.753,40</b>	



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE**  
“Capital Nacional da Cuca”



8	70	JOGOS	Serviço de arbitragem para os <b>jogos de Futevôlei</b> com as seguintes especificações: a) data de início: setembro/2026 b) data de término: novembro/2026 c) previsto p/80 jogos. d) dos jogos: *jogos serão no sábado e na semana à noite. *sendo de 2 a 4 jogos por noite. *jogos melhor de 3 sets. e) os árbitros deverão estar no local dos jogos devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local dos jogos por conta dos árbitros. g) início dos jogos: *aos sábados das 18h30minh e término em torno das 23h00min. *de segunda-feira à sexta-feira das 19h00minh às 23h00min. h) 01 a 02 árbitros e 01 e 02 mesários. i) pagamento a cada três rodadas. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para modalidade. k) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. l) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 193,32</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 13.532,68</b>	
9	100	JOGOS	Serviço de arbitragem para os <b>jogos de Beach Tennis</b> com as seguintes especificações: a) data de início: setembro/2026 b) data de término: novembro/2026 c) previsto p/120 jogos. d) dos jogos: *jogos serão no sábado e na semana à noite. *sendo de 2 a 4 jogos por noite. *jogos melhor de 3 sets. e) os árbitros deverão estar no local dos jogos devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) transporte até o local dos jogos por conta dos árbitros. g) início dos jogos: *aos sábados das 18h30minh e término em torno das 23h00min. *de segunda-feira à sexta-feira das 19h00minh às 23h00min. h) 01 a 02 árbitros e 01 a 02 mesários. i) pagamento a cada três rodadas. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para modalidade. k) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. l) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 197,93</b>		<b>VALOR TOTAL: R\$ 19.793,20</b>	

**LOTE 2 – JOGOS ESTUDANTIS**

ITEM	QUANT. PREVISTA	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1	16	RODADAS	Serviço de arbitragem para os <b>Jers 2026 (Jogos Escolares de Rolante)</b> com as seguintes especificações: a) data de início: março/2026 b) data de término: novembro/2026 c) previsto p/24 rodadas. d) dos jogos: - Handebol * previsto para 20 jogos * jogos de 20 min. - Voleibol * previsto para 20 jogos



			<p>*jogos disputados em melhor de 3 sets até 25 pontos - Futsal * previsto para 20 jogos * jogos de 15 min. * semi-final e final 2 tempos de 20 min cada *jogos serão de segunda à sexta. e) os árbitros deverão estar no local da partida devidamente fardados no horário de início dos jogos. (em caso de atraso a empresa terá uma multa de 30% no valor total da rodada) f) horário de início 8h e término por volta das 17h. f) transporte até o local da competição por conta dos árbitros. h) 02 a 04 árbitros e 1 a 2 mesários por rodada. i) pagamento após o término da competição. j) os árbitros devem ser devidamente qualificados para cada modalidade. l) o departamento de esportes terá o direito de pedir a troca ou vetar árbitros que não estejam atendendo ao solicitado ou que possam ser motivos de polêmica. m) a empresa deverá apresentar com 24h de antecedência e escala de arbitragem de cada rodada para aprovação do departamento de esportes.</p>
<b>VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.798,93</b>			<b>VALOR TOTAL: R\$ 28.773,33</b>

6.1 Os árbitros deverão comparecer no local dos Jogos e estar aptos para iniciar os trabalhos nos horários combinados conforme tabela de jogos que será fornecida pelo Departamento de Esportes e de acordo com a especificação de cada item.

6.2 As despesas de locomoção da equipe de arbitragem até o local dos jogos correrão por conta da licitante. A Prefeitura Municipal não se responsabiliza pelo transporte da equipe até o local de realização dos jogos.

6.3 Em caso de atraso dos árbitros será cobrado uma multa no valor de 30% do valor total da rodada.

6.4 Em caso de não realização de rodadas ou jogos por fato superveniente e imprevisível (chuvas, falta de energia, entre outros), haverá ressarcimento de 30% (trinta por cento) do valor da rodada/jogo que não foi realizada, em virtude dos custos de deslocamento da equipe da empresa licitante, desde que devidamente comprovados e aferidos pela organização.

6.5 O número de jogos/rodadas é “**estimativo**”, por isso poderão variar de acordo com a quantidade de equipes inscritas, sem que isto gere qualquer ônus ao Município.

6.6 Para utilização da Ata de Registro de Preços, a Secretaria enviará Solicitação à Seção de Compras, que emitirá a Ordem de Compra. Após liberação, a Contabilidade emitirá o Empenho. A Secretaria ficará responsável pelo envio do Empenho e tabela de jogos ao fornecedor.

6.7 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, revisões, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

6.8 A empresa contratada é a única e exclusiva responsável pelos encargos sociais, comerciais, fiscais, trabalhistas e previdenciários referentes à execução dos serviços.

6.9 Além das acima pontuadas, as empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas, em razão das infrações previstas no artigo 155, estarão sujeitas às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/21.

6.10 Na hipótese de apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das sanções.

Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº. 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 A Gestão do contrato será do Secretário Municipal De Desenvolvimento Social, Habitação, Cidadania e Esportes, Sr. Dirceu Trevizani da Rosa.

7.3 O fiscal de contrato será o Diretor do Departamento de Esportes, Sr. Jardel Valandro.



## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado à vista, após a execução, mediante depósito bancário, **de acordo com o cronograma de jogos/pagamentos especificados em cada item.**

8.2 O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

8.3 O pagamento será realizado após aferição do Departamento de Esportes, mediante extração de nota fiscal e o visto do fiscal de contrato.

8.4 A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e da Autorização de Fornecimento, a fim de acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

8.5 Para o depósito em conta bancária, a empresa vencedora deverá informar os dados bancários em nome da mesma para que sejam efetuados os pagamentos.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

9.1 Sugere-se que seja realizada a seleção do fornecedor através de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento menor preço.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO**

10.1 Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 464.759,39** (Quatrocentos e sessenta e quatro reais setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos), conforme a média apurada, através da memória de cálculo indica em anexo.

Salienta-se que, tendo em vista as peculiaridades e necessidades de cada município, o modo de contratação e as modalidades esportivas assistidas pelo objeto da contratação diferem significativamente. Sendo assim, as lacunas encontradas na tabela acima referem-se a estas diferenças encontradas nas pesquisas realizadas.

Por se tratarem de esportes com menor número de adeptos e relativamente novos nas disputas municipais, serviços de arbitragem para Vôlei de Praia, Futevôlei e Beach Tennis ainda não possuem histórico significativo de tomadas de preços. Além disso, muitos municípios optam em contratar a arbitragem por turno de trabalho, opção esta que encareceria o valor do objeto para a presente contratação. Sendo assim, alguns itens não foram encontrados na pesquisa de preços, feitas no portal de Compras, Licitação e em pesquisas diretamente com outros municípios.

De acordo com a pesquisa de mercado realizada nos moldes da Lei e do Decreto Municipal, é possível verificar que o valor é compatível com o praticado pelo mercado.

## **11. CONTATO DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELOS CAMPEONATOS**

7.1 Departamento de Esportes - Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cidadania e Esportes:

Endereço: Rua Bernardo Henrique Bolhke Filho, nº 107, Bairro: Centro – Rolante/RS

Telefone: (51) 3547.1057 e (51) 3547.1279

E-mail: [esporte@rolante.rs.gov.br](mailto:esporte@rolante.rs.gov.br)

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O dispêndio financeiro decorrente da contratação deste Termo de Referência decorrerá das dotações orçamentárias das Secretarias requisitantes, a serem indicadas no momento da aquisição / emissão do Empenho.

CÓD. REDUZIDO: **317**

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AÇÃO: 2056 – MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL

FONTE DE RECURSOS: 15400030

SUBELEMENTO: 33390400000000000000



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE**  
“Capital Nacional da Cuca”



CÓD. REDUZIDO:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABITAÇÃO, CIDADANIA E ESPORTES.

AÇÃO: 2093 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOAS JURIDICAS)

FONTE DE RECURSOS: 781

SUBELEMENTO: 33390390000000000000

Rolante, 02 de FEVEREIRO de 2026

**Dirceu Trevizani da Rosa**  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,  
Habitação, Cidadania e Esportes

**Jardel Valandro**  
Diretor do Departamento de Esportes

**Nara Betina Voltz**  
Secretaria Municipal de Educação



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#)**

**Processo nº:** 575/2026

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS de ARBITRAGEM.**

**Modalidade de Licitação:** Pregão Eletrônico nº 004/2026

O Município de Rolante/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º 90.936.956/0001-92, com sede na Av. Getúlio Vargas, 110, Centro, Rolante/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALCEU TREVIZANI DA ROSA, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** de empresa especializada para prestação de **SERVIÇOS de ARBITRAGEM**, para as competições Esportivas, conforme Calendário de eventos esportivos e especificações contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição

1.2. A fiscalização da presente ata de registro de preços será executada pelos servidores informados no Termo de Referência.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR				
ITEM	ESCRITÇÃO / UNIDADE	QTDE MÁXIMA	VALOR UN	VALOR TOTAL

2.2. As quantidades relacionadas no Anexo são ESTIMATIVAS DE CONSUMO, não obrigando-se o Município à aquisição total.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar do dia \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados serão renovados integralmente, adicionando-se novo quantitativo equivalente ao previsto na ata original.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou* e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- I. Aceitarem cotar os itens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- II. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do subitem 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio Oficial do Município.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

I. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

II. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7;

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

7.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não entregar o item/serviço, no prazo estabelecido pela Administração no instrumento contratual ou equivalente, sem justificativa razoável; ou

7.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



I. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital.

E por estarem justos e acertados, assinam a presente Ata de Registro de Preços de forma digital, para que produza os efeitos legais.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)